BANCO DE LA NACION ARGENTINA –
(SUCURSAL BRASIL)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

BANCO DE LA NACION ARGENTINA – (SUCURSAL BRASIL)

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Tel.: +55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdo.com.br

Rua Major Quedinho 90
Consolação – São Paulo, SP - Brasil
01050-030

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores do
Banco de La Nación Argentina – (Sucursal Brasil)
São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do **Banco de La Nación Argentina (Sucursal Brasil) ("Banco")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Banco de La Nación Argentina (Sucursal Brasil)** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao **Banco**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Continuidade das atividades operacionais

Chamamos a atenção para nota explicativa n°1 às demonstrações contábeis, onde consta que foi realizado um porte no valor de R$18.326 mil, pela Casa Matriz do **Banco** de La Nación Argentina, com o objetivo de manter o patrimônio líquido do **Banco** compatível com suas necessidades operacionais e regulamentares. Todavia, o **Banco** mantém prejuízos acumulados no montante de R$61.245 mil e teve prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R$11.189 mil. Estas demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades operacionais do **Banco**. Nossa opinião não contém modificação em decorrência desse assunto.

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa n°23, onde consta que o **Banco** possui operações passivas com partes relacionadas no montante de R$23.028 mil realizadas em condições de mercado. Não obstante, eventualmente, casos essas operações fossem realizadas com terceiros, as condições e os resultados poderiam vir a ser diferentes daqueles advindos de operações com partes relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em decorrência desse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo **Banco** Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o **Banco** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o **Banco** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do **Banco** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do **Banco**;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do **Banco**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o **Banco** a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de março de 2021.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

David Elias Fernandes Marinho
Contador CRC-1 SP 245857/0-3

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASIL)

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	2020	2019
Circulante		**23.959**	**23.492**
Caixa e equivalente de caixa	4	**544**	**229**
Instrumentos financeiros		**23.893**	**28.676**
Títulos e valores mobiliários	5b	4.185	7.749
Relações interfinanceiras		715	588
Operações de crédito	6	4	9.578
Carteira de câmbio	6 e 7	16.596	3.574
Títulos de crédito à receber	6 e 8	2.393	7.187
Provisão para perdas associadas ao risco de crécito		**(2.460)**	**(7.237)**
Operações de crédito	6e	-	(24)
Títulos de crédito à receber	6e	(2.460)	(7.213)
Outros ativos		**1.982**	**1.824**
Diversos	8 e 13	1.285	1.163
Bens não de uso próprio	9	652	652
Despesas antecipadas		45	9
Não Circulante		**39.551**	**25.043**
Instrumentos Financeiros		**24.503**	**9.687**
Títulos e valores mobiliários	5b	24.492	9.687
Operações de crédito	6	11	-
Imobilizado de Uso	10	**15.026**	**15.356**
Imóveis de uso		23.172	23.172
Outras imobilizações de uso		1.329	1.923
(Depreciações acumuladas)		(9.475)	(9.739)
Intagível	10	**22**	**-**
Sistema de processamento de dados		156	-
Licença e direito autorais		438	-
(Amortização acumulada)		(572)	-
Total do ativo		**63.510**	**48.535**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2020	2019
Circulante		**32.223**	**24.064**
Instrumentos financeiros		**28.228**	**23.032**
Depósitos		539	2.242
Obrigações por Operações Compromisadas		9.303	7.297
Relações Interdependências		270	126
Obrigações por empréstimos e repasses	11	18.116	13.367
Outros passivos	12	**3.995**	**1.032**
Cobranças e arrecadação de tributos e assemelhados		3	4
Fiscais e previdenciárias		138	159
Diversas		3.853	868
Provisão para garantias Financeiras Prestadas		1	1
Não Circulante		**1.097**	**1.458**
Outros passivos	12	**1.097**	**1.458**
Fiscais e previdenciárias		922	964
Provisões para demandas judiciais		175	494
Patrimônio líquido		**30.190**	**23.013**
Capital:			
De domiciliados no exterior	15a	77.997	59.671
Reserva de reavaliação	15b	12.915	12.997
Reserva para contigências		523	523
Prejuízos		(61.245)	(50.178)
Total do passivo e patrimônio líquido		**63.510**	**48.535**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASIL)

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 20
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Semestre findo 2020	Semestre findo 2020	Semestre findo 2019
Receitas da intermediação financeira		**1.174**	**9.880**	**3.374**
Operações de crédito		274	3.626	583
Rendas de aplicação interfinanceiras de liquidez		4	14	746
Resultado de títulos e valores mobiliários		281	609	981
Resultado de operações de cambio	16	615	5.631	1.064
Despesas da intermediação financeira		**(2.828)**	**(10.782)**	**(8.810)**
Operações de captação no mercado		(72)	(149)	(299)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	17	(434)	(8.225)	(1.389)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.322)	(2.408)	(7.122)
Resultado bruto da intermediação financeira		**(1.654)**	**(902)**	**(5.436)**
Outras receitas (despesas) operacionais		**(4.885)**	**(11.107)**	**(10.997)**
Receitas de prestação de serviços		28	56	138
Despesas de pessoal	18	(3.360)	(6.988)	(6.994)
Outras despesas administrativas	19	(1.327)	(2.729)	(3.279)
Despesas tributárias		(185)	(383)	(380)
Outras receitas operacionais	20	231	298	576
Outras despesas operacionais	21	(272)	(1.361)	(1.058)
Resultado operacional		**(6.539)**	**(12.009)**	**(16.433)**
Resultado não operacional		422	820	803
Prejuízo do semestre/exercício		**(6.117)**	**(11.189)**	**(15.630)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASIL)

Demonstração Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	Semestre findo 2020	Semestre findo 2020	Semestre findo 2019
Resultado líquido do período	**(6.117)**	**(11.189)**	**(15.630)**
Outros Resultados Abrangentes do Período	(42)	(82)	(74)
Mutuações na reserva de reavaliação	(42)	(82)	(74)
Resultado Abrangente do Período	**(6.159)**	**(11.271)**	**(15.704)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASIL)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais)

	Capital Social realizado	Reservas de reavaliação	Reservas para contingências	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**51.808**	**13.071**	**523**	**(34.671)**	**30.731**
Aumento de capital	**7.863**	**-**	**-**	**-**	**7.863**
Reservas de reavaliação	-	(74)	-	123	**49**
Prejuízo do semestre	-	-	-	(15.630)	**(15.630)**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**59.671**	**12.997**	**523**	**(50.178)**	**23.013**
Mutuação do exercicio	**7.863**	**(74)**	**-**	**(15.507)**	**(7.718)**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**59.671**	**12.997**	**523**	**(50.178)**	**23.013**
Aumento de capital	**18.326**	**-**	**-**	**-**	**18.326**
Reservas de reavaliação	-	(82)	-	122	**40**
Prejuízo do semestre	-	-	-	(11.189)	**(11.189)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**77.997**	**12.915**	**523**	**(61.245)**	**30.190**
Mutuação do exercicio	**18.326**	**(82)**	**-**	**(11.067)**	**7.177**
Saldos em 30 de junho de 2020	**77.997**	**12.957**	**523**	**(55.188)**	**36.289**
Reservas de reavaliação	-	(42)	-	60	**18**
Prejuízo do semestre	-	-	-	(6.117)	**(6.117)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**77.997**	**12.915**	**523**	**(61.245)**	**30.190**
Mutuação no semestre	**-**	**(42)**	**-**	**(6.057)**	**(6.099)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASIL)

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	Semestre findo 2020	Semestre findo 2020	Semestre findo 2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo ajustado	**(3.984)**	**(8.752)**	**(9.014)**
Prejuízo do semestre/exercício	(6.117)	(11.189)	(15.630)
Ajustes:			
Depreciação e amortização	98	308	(306)
Reversão de reserva	20	40	49
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2.322	2.408	7.122
Provisão para contingências	(307)	(319)	(249)
(Aumento) Diminuição nos subgrupos do ativos operacionais	**11.474**	**(17.376)**	**36.699**
Tiitulos e Valores mobiliarios	(280)	(11.241)	(981)
Relações interfinanceiras	(293)	(127)	(131)
Operações créditos	12.808	9.453	(11.454)
Outros créditos	(791)	(15.425)	49.916
Outros valores e bens	30	(36)	(651)
Aumento (Diminuição) nos subgrupos do passivos operacionais	**(7.426)**	**8.117**	**(38.558)**
Depósitos	(40)	(1.703)	689
Obrigações por Operações Compromissadas	5.299	2.006	5.490
Relações interfinanceiras	-	-	1
Relações interdependência	(230)	144	(566)
Obrigações por empréstimos e repasses	(15.382)	4.749	(44.286)
Outros passivos	2.927	2.921	114
Caixa liquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**64**	**(18.011)**	**(10.873)**
Aquisição/Alienação de Ativo Imobilizado	-	-	1.239
Caixa Líquido proveniente das atividades de investimento	**-**	**-**	**1.239**
Aumento de capital	-	18.326	7.863
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**-**	**18.326**	**7.863**
Aumento (Redução) do caixa e equivalente de caixa	**64**	**315**	**(1.771)**
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do período	480	229	2.000
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	544	544	229
Aumento (Redução) do caixa e equivalente de caixa	**64**	**315**	**(1.771)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

O Banco de La Nación Argentina - Sucursal Brasil ("Banco" ou "BNA") tem como objetivo a prática de operações e serviços permitidos aos bancos comerciais, aos bancos de investimento e às sociedades de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e normas do Banco Central do Brasil - BACEN, notadamente operações de fomento ao comércio exterior.

O Banco é uma sucursal do Banco de La Nación Argentina, Instituição Oficial da República Argentina, autorizada a funcionar no Brasil, de acordo com o Decreto nº 46.186, de 11 de junho de 1959.

O Banco, tem apresentado queda no seu resultado, devido os seguintes fatores: menor volume de operações de crédito, aumento nas provisões para créditos de liquidação duvidosa, e os custos associados ao processo de encerramento da agência no Rio de Janeiro, que continuaram impactando negativamente no resultado do Banco. Para que o Banco apresente recuperabilidade à curto e médio prazo a Administração tem como expectativas: a conclusão do processo de venda dos imóveis da Agência Rio de Janeiro, revisão dos gastos do Banco com o objetivo de reduzir os custos operacionais, buscas de novas operações de comercio exterior e correspondentes. Em 16 de março de 2020 Matriz autorizou um aporte de capital de US$ 3.241 equivalente em moeda local a R$ 18.326. A transferência ocorreu em 06 de maio de 2020 e a homologação pelo Banco Central em 22 de junho de 2020. Esta nova contribuição teve como finalidade manter o patrimônio líquido do Banco compatível com suas necessidades operacionais e regulamentares.

Em 27 de novembro de 2019, foi homologado pelo Banco Central do Brasil o encerramento da agência mantida pelo Banco na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Também, concomitantemente a este evento, a Administração do Banco reclassificou contabilmente o imóvel onde estava instalado esta agência de " Ativo Imobilizado" para "Outros Valores e Bens – Bens Não de Uso Próprio (BNDU)", destinando o para venda.

Diante do cenário econômico atual local e mundial, com as medidas adotadas pelo Governo para a redução do contágio pela COVID-19, o conservadorismo do BNA foi maximizado no segundo semestre de 2020, com a adoção de uma análise mais criteriosa dos impactos causados por essas ações nas performances das empresas. As ações previstas para o primeiro semestre de 2021 estarão sujeitas a uma retomada econômica do país, bem como vinculado aos reflexos das medidas que estão sendo adotadas pelo governo para que as empresas se reestabeleçam no mercado nacional e internacional.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para o semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que foram aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) e estão consubstanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Com o intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações contábeis entre o padrão contábil previsto no COSIF em relação aos padrões internacionais (IFRS), o Banco Central do Brasil através da Resolução CMN nº 4.720/19, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis e através da Circular nº 3.959/2019 estabeleceu as diretrizes que passaram a ser aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2020.

As principais alterações implementadas foram as contas de balanço patrimonial que estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, sendo este procedimento aplicado para as demonstrações contábeis dos valores correspondentes ao período anterior, os quais estão sendo apresentados para fins de comparação.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre períodos.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, são adotados pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo BACEN, na data de sua entrada em vigor.

Na elaboração das demonstrações contábeis são utilizadas, quando aplicável, estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para demandas judiciais, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros, de outras provisões e sobre a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

b) As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. O nível de arredondamento de valores monetários utilizados na apresentação das demonstrações contábeis é na casa de milhares.

A autorização para conclusão das demonstrações contábeis foi dada pela Administração em 16 de março de 2021.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata dia". As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e em moeda estrangeira (considerados na rubrica de Disponibilidades e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez com prazo original igual ou inferior a 90 dias).

c. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos em Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício.

d. Instrumentos Financeiros

Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/2001 do BACEN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários passaram a ser classificados conforme a intenção da Administração em três categorias específicas: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.

Operações compromissadas

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago acrescido dos rendimentos auferidos ou pelo valor efetivamente recebido acrescido dos juros incorridos com base na taxa de remuneração, reconhecidos no resultado na rubrica de "Renda com Aplicações em Operações Compromissadas".

Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa.

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/1999 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

- A atualização destas operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em "Receita" e a partir do 60º dia em "Rendas a apropriar", independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas;
- As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais;
- As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco;
- A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em conta às normas e instruções do CMN e BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades.

Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações em moeda estrangeira estão registradas em valor presente, incorporando os encargos incorridos até a data do balanço e atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços.

e. Ativo imobilizado

Conforme previsto na Resolução do CMN nº 4.535/2016, o imobilizado corresponde aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da empresa por período superior a um ano.

São reconhecidos pelo valor de custo e ajustados por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

f. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

É reconhecida perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Nenhuma perda por impairment foi reconhecida no resultado do período.

g. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As contingências ativas e passivas e obrigações legais - fiscais e previdenciárias são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- **Passivos contingentes:** São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação;
- **Obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** refere-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (impostos e contribuições). Estão reconhecidos e provisionados, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

h. Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda e contribuição social do período é calculada com base na alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 mil por ano (R$ 120 no semestre) para imposto de renda e 15% para contribuição social.

i. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações contábeis, calculados "pro-rata" dia e, quando aplicável, reduzidos por estimativas de perdas para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

	2020	2019
Disponibilidades	55	229
	55	**229**

5. Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão classificados como "títulos mantidos até o vencimento", para os quais não houve reclassificações nos períodos, são demonstrados abaixo o valor de custo atualizado:

a. Abertura por categoria/vencimento:

		2020		2019	
Carteira Própria	**Vencto.**	**Valor do Custo**	**Valor Contábil**	**Valor do Custo**	**Valor o Contábil**
Carteira própria		**25.055**	**26.353**	**12.371**	**14.420**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	01/03/2020	-	-	6.373	7.749
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	01/03/2021	1.337	1.861	781	1.058
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	01/09/2024	5.217	5.768	5.217	5.613
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	01/09/2025	18.501	18.724	-	-
Vinculado a garantia		**1.670**	**2.324**	**2.226**	**3.016**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) (*)	01/03/2021	1.670	2.324	2.226	3.016
		26.725	**28.677**	**14.597**	**17.436**

b. Abertura por tipo de título

	2020		2019	
Carteira própria	**Até 360 dias**	**Acima 360 dias**	**Até 360 dias**	**Acima 360 dias**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	4.185	24.492	7.749	9.687
Total	**4.185**	**24.492**	**7.749**	**9.687**

Os títulos públicos são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). O Banco possui capacidade financeira de manter os referidos títulos até o vencimento.

(*) LFTs vinculadas à garantia estão distribuídas da seguinte maneira: R$ 2.324, com vencimento em 01/03/2021 estão em garantia B3 individual e por operação.

6. Operações de crédito

a. Distribuição das operações por faixa de vencimento e tipo de produto:

Operações de crédito	Até 360 dias	Acima 360 dias	Total
Empréstimos e títulos descontados	-	-	-
Adiantamentos sobre contratos de cambio	16.596	-	16.596
Títulos de crédito a receber	2.393	-	2.393
Empréstimos à Pessoas Física	4	11	15
Financiamentos em moeda estrangeira	-	-	-
Subtotal	**18.993**	**11**	**19.004**
Provisões p/ Crédito de Liquidação Duvidosa	(2.460)	-	(2.460)
Total em 31 de dezembro de 2020	**16.533**	**11**	**16.544**
Total em 31 de dezembro de 2019	**13.102**	**-**	**13.102**

Não houve renegociações e/ou recuperações no exercício.

b. Classificação das operações nos níveis de risco

		2020		2019	
Nível de risco	**Percentual de provisão %**	**Total das operações**	**PCLD**	**Total das operações**	**PCLD**
AA	-	-	-	4.847	-
A	0,5	16.611	67	7.879	38
B	1	-	-	-	-
C	3	-	-	426	12
D	10	-	-	-	-
E	30	-	-	-	-
F	50	-	-	-	-
G	70	-	-	-	-
H	100	2.393	2.393	7.187	7.187
		19.004	**2.460**	**20.339**	**7.237**

c. Distribuição das operações por atividade econômica

Atividade econômica	Total das operações	
	2020	2019
Setor privado:		
Industria	18.989	18.896
Comércio	-	1.423
Pessoas físicas	15	19
	19.004	**20.338**

d. Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento das operações

	2020			2019		
Operações de crédito - A Vencer	**De 01 a 90 dias**	**De 91 a 180 dias**	**Acima 180 dias**	**De 01 a 90 dias**	**De 91 a 180 dias**	**Acima 180 dias**
Capital e Juros						
Adiantamentos sobre contratos de cambio	13.345	3.251	-	-	-	3.148
Empréstimos à Pessoas Física	4	-	11	-	-	19
Financiamentos em moeda estrangeira	-	-	-	3.289	4.847	1.423
Total	**13.349**	**3.251**	**11**	**3.289**	**4.847**	**4.590**

	2020			2019		
Operações de crédito - Vencidas	**De 01 a 90 dias**	**De 91 a 180 dias**	**Acima 180 dias**	**De 01 a 90 dias**	**De 91 a 180 dias**	**Acima 180 dias**
Capital e Juros						
Adiantamentos sobre contratos de cambio	-	-	-	426	-	-
Títulos de crédito a receber	-	-	2.393	-	-	7.187
Total	**-**	**-**	**-**	**426**	**-**	**7.187**
Total	**-**	**-**	**2.393**	**3.715**	**4.847**	**11.777**

e. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão de créditos de liquidação duvidosa apresentou as seguintes movimentações:

	2020	2019
Saldo inicial	(7.237)	(2.050)
Constituições/(reversões)	(2.408)	(7.122)
Baixas p/prejuízo	7.185	1.935
Saldo final	**(2.460)**	**(7.237)**

7. Carteira de câmbio

Ativo	2020	2019
Câmbio comprado a liquidar	15.991	3.469
Outros	605	105
Total	**16.596**	**3.574**

8. Outros ativos - Diversos

	2020	2019
Devedores depósito em garantia (nota 13)	939	1.007
Outros	346	156
	1.285	**1.163**

9. Outros valores e bens – Bens Não de Uso Próprio (BNDU)

Em 8 de novembro de 2019 o BACEN autorizou a transferência dos Imóveis situados na cidade do Rio de Janeiro que se encontravam contabilizados em Ativo Imobilizado para Outros Valores e Bens – Bens Não de Uso Próprio (BNDU). Tal autorização foi concedida pois na ocasião a agência encontrava-se em processo de fechamento e seu imóvel disponível para a venda, assim esse ativo não estava sendo utilizado em suas atividades. Tal reclassificação foi argumentada conforme procedimentos descritos nos seguintes normativos: Resolução 4535/2016 – Ativo Imobilizado de Uso e Circular nº 1.273/1987 – Seção 11 - Ativo Permanente. Em dezembro de 2020 apresenta seguinte saldo:

	2020	2019
4º andar	228	228
5º andar	216	216
22º andar	208	208
	652	**652**

10. Ativo imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados e intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil, sendo constituído da seguinte forma:

	Custo	Depreciação / Amortização acumulada	Valor Contábil	
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019
Imóveis de Uso (Terrenos/Edificações)	23.172	(8.219)	14.953	15.083
Instalações	632	(591)	41	48
Moveis e Equipamentos	49	(43)	6	19
Equipamentos de processamento de dados	472	(458)	14	201
Sistema de segurança	24	(24)	-	-
Sistema de Comunicação	30	(27)	3	4
Outros equipamentos	41	(32)	9	-
Sistema de transporte	81	(81)	-	-
Imobilizado de uso	**24.501**	**(9.475)**	**15.026**	**15.356**
Sistema de Proc. De dados adquiridos	156	(142)	14	-
Licença de uso	438	(430)	8	-
Intangível	**594**	**(572)**	**22**	**-**
Total Geral	**25.095**	**(10.047)**	**15.048**	**15.356**

11. Obrigações em moeda estrangeira

Os empréstimos e captações efetuados junto a outras Filiais do Banco de la Nácion Argentina no exterior, principalmente nos Estados Unidos e Espanha, em função da competitividade das taxas. Os saldos das operações no período são:

	2020	2019
Em moeda estrangeira (US$)	3.486	3.254
Taxa de conversão do dólar	5,1961	4,0301
Em moeda estrangeira (EUR)	-	56
Taxa de conversão do euro	6,3756	4,529
Em moeda nacional	**18.116**	**13.367**
Até 360 dias	18.116	13.367

12. Outros passivos

	2020	2019
Circulante	**3.995**	**1.032**
Provisão para pagamentos a efetuar	994	811
Fiscais e previdenciárias	138	159
Tributos e assemelhados	3	4
Provisão para garantias Financeiras Prestadas	1	1
Credores diversos – país	2.859	57
Exigível a Longo Prazo	**1.097**	**1.458**
Fiscais e previdenciárias	922	964
Provisão para passivos contingentes (Nota 13)	175	494
	5.092	**2.490**

13. Provisão para demandas judiciais

O Banco, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para eventuais demandas judiciais.

Em 31 de dezembro de 2020 está provisionado o montante de R$ 483 (2019 – R$ 494) o qual, segundo a Administração, suportada na opinião de seus assessores legais levantada em 31 de dezembro de 2020, são suficientes para fazer a face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Nas datas das demonstrações contábeis, o Banco apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos relacionados a contingências:

	Depósitos em Garantia		Provisão Constituída	
	2020	2019	2020	2019
Trabalhistas e Previdenciárias	11	78	75	451
Tributária (i)	928	929	100	43
	939	**1.007**	**175**	**494**

(i) Saldo decorrente de depósito em garantia efetuado na Caixa Econômica Federal por processo administrativo em julgamento perante a Receita Federal.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço patrimonial

O Banco tem ações de naturezas tributarias e cível, envolvendo riscos de perda classificadas pela Administração como possível (com base na avaliação de seus assessores legais) para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2020	2019
Administrativos **(*)**	1.322	1.322
Tributária	136	99
	1.458	**1.421**

(*) Demanda judicial em andamento proveniente pela não entrega de declarações dentro do prazo legalmente estabelecido.

14. Imposto de Renda e Contribuição Social

A demonstração do cálculo dos encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social é a seguinte:

IRPJ e CSLL	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(11.189)**	**(15.247)**
Adições	**2.652**	**7.599**
Provisões indedutíveis	2.652	7.599
Exclusões	**(118)**	**(192)**
Outras exclusões	(118)	(192)
Resultado antes das compensações	**(8.655)**	**(7.840)**
Base da Contribuição Social	(11.189)	(7.840)
Alíquota 15%	-	-
TOTAL DA C.S.L.L.	**-**	**-**
PREJUÍZO APÓS A C.S.L.L.	**(11.189)**	**(15.247)**
Adições	**2.652**	**7.218**
Despesas com provisões indedutíveis	2.652	7.218
Exclusões	**(118)**	**(192)**
Outras Receitas Operacionais	(118)	(192)
Resultado antes das compensações base negativa	**(8.655)**	**(8.221)**
Base do Imposto de Renda	(8.655)	(8.221)
ALIQUOTA 15%	-	-
TOTAL DO I.R.P.J.	**-**	**-**

Em 31 de dezembro de 2020 a Instituição possui créditos tributários nos montantes de R$ 61.245 referentes a saldos de prejuízos fiscais e R$ 11.189

referentes a base negativa de contribuição social, os quais não foram constituídos em função da baixa expectativa de geração de lucro futuro, e por não atender aos dispositivos da Resolução nº 3.059/2002, alterada pelas Resoluções nº 3.355/2006, nº 4.192/2013 e nº 4.441//2015 do Conselho Monetário Nacional – CMN e Circular nº 3.776 do BACEN.

15. Patrimônio Líquido

a. Capital social

As instituições financeiras estrangeiras devem registrar o capital estrangeiro investido e os lucros capitalizados no Banco Central do Brasil, para que possam remeter dividendos sobre esse capital ao exterior, bem como para repatriação de capital. O Banco tem investimentos registrados em capital estrangeiro no valor de US$ 15.011 mil. O capital social do Banco de la Nación Argentina no Brasil monta R$ 77.997 (R$59.671 em 2019).

Em 22 de junho de 2020 foi realizada a homologação do aumento de capital no montante de R$ 18.326, alterando o capital social para R$ 77.997.

b. Reserva de reavaliação - reavaliação de imóveis.

O Banco procedeu à reavaliação de imóveis de uso no exercício de 2004, com base em laudo emitido por peritos avaliadores credenciados, aprovados pela Administração. A reavaliação foi registrada na forma requerida pela Circular BACEN nº 2.824/1998. Para fins de cálculo da depreciação, deve ser considerado o prazo remanescente de vida útil dos imóveis reavaliados, constante do respectivo laudo de avaliação.

A Administração do Banco decidiu manter a reavaliação até sua realização, cujo registro está líquido dos efeitos tributários no montante de R$ 12.915 em 2020 (R$ 12.997 em 2019). O valor realizado que pode ser observado nas demonstrações das mutações do patrimônio em 2020 é de R$ 82. (R$ 74 em 2019).

16. Resultado de Câmbio

	2020	2019
Rendas de Câmbio	25.006	14.102
Despesas de Câmbio	(19.375)	(13.038)
	5.631	**1.064**

17. Despesas de operações de empréstimos, cessões e repasses

	2020	2019
Desp. e obr. com bancos no exterior - Juros	(890)	(712)
Desp. e obr. com bancos no exterior - IR	(55)	(37)
Desp. e obr. com bancos no exterior - Var. Cambial	(7.280)	(640)
	(8.225)	**(1.389)**

18. Despesas de Pessoal

	2020	2019
Benefícios ao pessoal	(1.463)	(1.574)
Honorários a diretores	(1.179)	(1.152)
Encargos sociais	(1.185)	(893)
Proventos	(3.151)	(3.371)
Despesas por treinamento aos funcionários	(10)	(4)
	(6.988)	**(6.994)**

19. Outras Despesas Administrativas

	2020	2019
Aluguéis	(520)	(338)
Serviços técnicos especializados	(422)	(375)
Comunicações	(353)	(373)
Serviços de vigilância e segurança	(245)	(347)
Depreciações	(210)	(307)
Serviços de terceiros	(167)	(206)
Manutenção e conservação de bens	(119)	(204)
Amortização de Intangível	(98)	-
Água, energia e gás	(64)	(105)
Serviços do sistema financeiro	(31)	(32)
Seguros	(31)	(28)
Transporte	(28)	(81)
Material	(26)	(45)
Processamento de dados	(21)	(225)
Publicações	(11)	(13)
Viagem no país	(8)	(21)
Propaganda e publicidade	(4)	(4)
Promoções e relações publicas	-	(1)
Viagem no exterior	-	(70)
Outras Despesas Administrativas	(371)	(504)
	(2.729)	**(3.279)**

20. Outras Receitas Operacionais

	2020	2019
Var. de Taxa de Ordens de Pagamento	284	449
Recuperação de Encargos e Despesas	10	90
Outras	4	37
	298	**576**

21. Outras Despesas Operacionais

	2020	2019
Desp. Prov. Oper. - Outras Fiscais	(56)	(382)
Desp. Prov. Oper. - Ações	-	(60)
Outras Despesas Operacionais (i)	(1.305)	(616)
	(1.361)	**(1.058)**

(i) Saldo decorrente de despesas de variações de taxas.

22. Resultados Não Recorrentes

O Banco não apresentou em 2020 resultados não decorrentes, ou seja, qualquer resultado que não esteja relacionado com as atividades típicas da instituição e/ou não estivesse previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

23. Transações com partes relacionadas

a. Transações com outras sucursais no exterior

Em 31 de dezembro 2020 e 2019 o saldo resultante de operações com outras sucursais no exterior, efetuadas em condições normais de mercado, eram as seguintes:

	2020	2019
Ativo		
Disponibilidades em moedas estrangeiras	489	148
	489	**148**
Passivo		
Empréstimos no exterior	18.116	13.367
Outras Obrigações	5.092	2.107
	23.208	**15.474**
Resultado		
Receitas	1.359	1.149
Despesas	(944)	(749)
	415	**400**

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

As remunerações do pessoal-chave da Administração desde abril de 2019 são realizadas pelo Banco de La Nación Argentina – (Sucursal Brasil). Dessa forma segue abaixo desembolsos financeiros em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

	2020	2019
Honorários à diretores	(1.179)	(1.152)
	(1.179)	**(1.152)**

24. Limites operacionais – índices da Basileia

a. Patrimônio de referência exigido (PRE)

O Banco está enquadrado nos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 2.099/94, com alterações introduzidas pelas Resoluções CMN nº 4.912/13 e 4.913/13 e Circular BACEN nº 3.644/13, alterada pela Circular BACEN nº 3.834/17 apresentando índice de patrimônio em relação aos ativos ponderados, conforme segue:

	2020	2019
PR - Patrimônio de Referência Nível 1	**36.241**	**23.012**
RWAcpad – Risco de Crédito	51.089	33.113
RWAOPAD – Risco Operacional	2.885	8.550
RWACAM - Risco de câmbio	8.707	3.396
RWA	**62.681**	**45.059**
RBAN -Risco *Banking*	**5**	**3**
Margem de patrimônio em relação ao limite	**32.480**	**16.459**

b. Limite de imobilização

Indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência - PR com o ativo permanente imobilizado. O índice para 31 de dezembro de 2020 é de 49,81% (em 31 de dezembro de 2019 era de 53,01%) e o quadro abaixo demonstra a apuração:

	2020	2019
Patrimônio de Referência – PR	**36.241**	**34.277**
Limite máximo permitido - 50%	18.120	17.138
(-) Ativo permanente	(15.101)	(16.155)
Margem	**3.019**	**983**

Este índice indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência (PR) em relação ao ativo permanente imobilizado, conforme a Resolução nº 2.283/1996 do CMN e Resolução nº 4.193/2013 do CMN.

25. Gestão de risco

A Política do Banco é composta de metodologias, procedimentos e instrumentos utilizados para garantir a eficiência e a eficácia dos processos internos de gerenciamento dos riscos, observando o perfil de atuação e a complexidade dos negócios do Banco.

As diretrizes seguem as regras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e da Casa Central na Argentina, os relatórios são divulgados por meio do site na internet www.bnabr.com.br.

a. Risco operacional

A política de risco operacional do Banco tem como objetivo definir diretrizes para a implantação e disseminação da cultura para gestão do risco operacional, em todos os níveis do Banco, estabelecendo papéis e obrigações para cumprir os objetivos traçados pela Administração.

O gerenciamento de risco operacional deve prever:

- Identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional;
- Documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco operacional;
- Elaboração, com periodicidade mínima anual, de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional;
- Realização, com periodicidade mínima anual, de testes de avaliação dos sistemas de controle de riscos operacionais implementados;
- Elaboração e disseminação da política de gerenciamento de risco operacional ao pessoal da Instituição, em seus diversos níveis, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como as dos prestadores de serviços terceirizados;
- Existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes de risco operacional;
- Implementação, manutenção e divulgação de processo estruturado de comunicação e informação.

b. Risco mercado

Com o objetivo de criar uma estrutura compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços e atividades de investimento e, sendo definido como risco de mercado com a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha na medição e nas políticas de investimento da Instituição, esta definição inclui o risco associado à inadequação ou deficiência nos processos decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição ao respeito da atuação no mercado financeiro, a Administração formalizou os parâmetros, políticas, princípios e ações a serem implementadas mediante a Resolução da Administração nº 31/2008, que instituiu a estrutura e a política de gerenciamento de risco de mercado.

A Resolução indica que a Política de Administração de Ativos financeiros e Risco de Mercado será definida em conjunto pela Casa Matriz e a Administração, instruindo políticas de investimento, funding, e limites de colocações por ativos e instituições. Detalha também a avaliação contínua do mercado e o sistema de comunicação entre operadores e Administração. Para o correto acompanhamento do mercado o Banco adquiriu um sistema de informação financeira para apuração do risco de carteira.

A citada Resolução define a estrutura de organização e responsabilidade.

A auditoria interna do Banco controla com periodicidade anual a estrutura e a política de gerenciamento de risco de mercado.

c. Risco de crédito

A gestão dos riscos de crédito do Banco envolve: o conhecimento prévio e profundo do cliente, a coleta de documentação e de informações necessárias para a análise completa do risco envolvido na operação, a classificação do grau de risco, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco, a determinação das garantias e dos níveis de provisões necessárias. Também são levados em consideração, as condições de mercado, os perfis dos clientes, seu histórico de desempenho junto ao Banco e perspectivas econômicas.

d. Risco de liquidez

O Risco de Liquidez resulta da possibilidade de o Banco ter acesso limitado à disponibilidade de caixa em valor suficiente para honrar as saídas de caixa necessárias à liquidação financeira de suas operações.

e. Risco Socioambiental

Risco Socioambiental é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de danos socioambientais.

A Política de Responsabilidade Socioambiental, trata da criação do Comitê de Risco Socioambiental cuja responsabilidade é deliberar sobre os temas que envolvam riscos socioambientais de acordo com critérios e parâmetros predefinidos.

f. Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital tem como objetivo dar suporte ao Banco na manutenção de um nível de capital compatível com os riscos incorridos em suas operações, e tem por fundamento um processo contínuo de monitoramento e controle de seu capital, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Banco está exposto, planejamento de metas e de necessidade de capital considerando os objetivos estratégicos do Banco e uma postura prospectiva, antecipando os efeitos sobre o capital de possíveis mudanças nas condições de mercado.

26. Garantias prestadas

As garantias por fianças e avais prestados montam R$ 151, em 31 de dezembro de 2020 (R$ 235 em 31 de dezembro de 2019). O total da provisão passiva para garantias financeiras prestadas apurada em 31 de dezembro de 2020, era de R$ 1, (R$ 1 em 31 de dezembro de 2019).

27. Seguros

O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. Outros serviços prestados pelos auditores independentes

Informamos que a Empresa contratada para auditoria das demonstrações contábeis do Banco não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, nos quais o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

29. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes posteriores à data-base 31 de dezembro de 2020.

_____
Jorge Matías Romano
Diretor Geral

_____
Jorge Daniel Villanueva
Diretor

_____
Sandra Margarida Lima
Contadora
CRC 1SP-323.353/O-3